

# Obrigatoriedade da matrícula na Pré-Escola: repercussões para a oferta de Educação Infantil no Rio Grande do Sul

Gisele Rodrigues Soares - giselesoares@hotmail.com.br  
Orientadora: Maria Luiza Rodrigues Flores - malurflores@gmail.com  
(FACED – UFRGS)



## Apresentação e Objetivo

A pesquisa analisa as repercussões da Emenda Constitucional 59/09 no que se refere à universalização da matrícula na pré-escola até 2016, acompanhando um grupo de sete municípios gaúchos cuja demanda na 1ª Radiografia do TCE/RS (2007) era superior a seis mil vagas. O recorte aqui desenvolvido objetivou sistematizar dados referentes à ampliação de vagas para esta faixa etária no período entre 2006 e 2012.

## Fundamentação Teórica

➤ Na trajetória recente de ampliação da faixa etária de escolarização obrigatória no Brasil, destaca-se a ausência de financiamento adequado para sustentar a expansão da educação infantil, o que sobrecarrega os municípios, responsáveis prioritários por esta oferta (CASTRO, 2010; FARENZENA, 2010).

➤ *“Mesmo considerando que a incorporação das crianças a partir dos 4 anos na faixa de escolaridade obrigatória possa ter um efeito indutor no sentido de apressar a universalização da pré-escola, o que sem dúvida caracteriza uma orientação democratizadora dessa mudança, a forma como vêm ocorrendo as diversas acomodações das redes públicas – e privadas – à nova legislação lança muitas dúvidas sobre os efeitos provocados na vida escolar e na aprendizagem das crianças nessa importante fase do desenvolvimento infantil.”*(CAMPOS, M. M. M., 2010, p. 13).

## Metodologia

Capital e seis municípios metropolitanos

Sistematização e análise de dados estatísticos

Radiografias da Educação Infantil  
Tribunal de Contas do Estado/RS  
(2007 e 2013)

Censo demográfico (IBGE, 2010)  
Censos Educacionais (INEP, 2006; 2012)

## Considerações finais

O trabalho desencadeado pelo TCE/RS e desenvolvido atualmente em parceria com o Ministério Público/RS e a FAMURS referente ao monitoramento da universalização da Pré-escola apresenta impacto positivo no estado, sendo mais evidente em alguns dos municípios gaúchos acompanhados neste estudo. A Capital avançou em termos de percentual de atendimento, ainda que o número de matrículas no período tenha diminuído em 5.672 vagas. Outros dois municípios, atingiram percentual superior a 60% de atendimento em 2012, com índices de ampliação de vagas acima de 40% em relação a 2006, projetando uma expectativa favorável. Considerando-se que faltam menos de dois anos para que todos os municípios atinjam a universalização da matrícula na pré-escola, estima-se que os outros quatro municípios desse grupo terão muita dificuldade para atingir esta meta, caso não sejam criadas políticas mais efetivas de ampliação.

### REFERÊNCIAS:

- CAMPOS, M. M. M. A educação infantil como direito. *Insumos para o debate 2*. Emenda Constitucional n.º 59/2009 e a educação infantil: impactos e perspectivas. SP: CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À DA EDUCAÇÃO, 2010. P. 8-14
- FARENZENA, NALU. A Emenda da obrigatoriedade: mudanças e permanências. *Retratos da Escola* – v. 4, n.7, p– Brasília: CNTE Esforce. Jul./Dez. 2010. (Dossiê Educação Básica Obrigatória).
- CASTRO, Jorge Abrahão. Financiamento da educação pública no Brasil: evolução dos gastos. In: OLIVEIRA, R.P; SANTANA, W. (Orgs.). *Educação e Federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade*. Brasília: UNESCO, 2010.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. Censo demográfico 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em: 04/10/2014
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. INEP. Censo escolar. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/>. Acesso em: 04/10/2014
- RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. Radiografia da Educação Infantil no Rio Grande do Sul (2007). Disponível em: <http://www.mprs.mp.br/areas/infancia/arquivos/educacaoinfantil.pdf>. Acesso em: 04/10/2014
- RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. Radiografia da Educação Infantil no Rio Grande do Sul (2013). Disponível em: [http://www1.tce.rs.gov.br/portal/page/portal/tcers/publicacoes/estudos/estudos\\_pesquisas/Radiografia\\_Educacao\\_Infantil2013.pdf](http://www1.tce.rs.gov.br/portal/page/portal/tcers/publicacoes/estudos/estudos_pesquisas/Radiografia_Educacao_Infantil2013.pdf). Acesso em: 04/10/2014

## Apresentação e Análise dos Dados

Municípios	TCE/RS 2007		TCE/RS 2013	
	Matrículas Pré-escola	% de Atendimento	Matrículas Pré-escola	% de Atendimento
M 1	1.255	7,90%	2.190	31,31%
M 2	1.736	14,48%	3.635	62,41%
M 3	1.772	11,57%	2.816	38,95%
M 4	2.311	15,92%	1.123	18,70%
M 5	2.732	18,65%	4.256	70,60%
M 6	2.766	15,21%	3.337	37,72%
Capital	28.456	42,57%	22.784	72,42%
RS	189.240	32,75%	4.765.943	83,93%

Fonte: Radiografias do TCE/RS de 2007 e de 2013.

➤ Dos sete municípios da amostra, cinco apresentaram ampliação do número de matrículas e dois deles diminuíram a oferta em números absolutos.

➤ Em relação ao percentual de atendimento, seis municípios apresentaram aumento significativo considerando-se os percentuais anteriores, evidenciando índice atual acima de 30%. O município que apresenta a taxa de atendimento mais alta, atingiu 72% de matrícula na faixa etária considerada, em 2012.

➤ Apesar do aumento do percentual de atendimento para a população na faixa etária de quatro e cinco anos nos sete municípios, nenhum destes havia alcançado, até o ano de 2013, a meta do Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010, que determinava o atendimento a 80% desta população até o final da década.

➤ O Estado do RS, no período analisado, teve um aumento significativo de matrículas na pré-escola e da taxa de atendimento desta subetapa, alcançando em 2011 a meta do PNE 2010 para esta faixa etária. Futuras pesquisas deverão acompanhar os padrões de qualidade desta expansão.

➤ O fato dos dados de alguns municípios terem evidenciado redução de número de matrículas e, ainda assim, aumento da taxa de atendimento, pode estar relacionado com a queda da natalidade e a inclusão das crianças de seis anos no novo Ensino Fundamental a partir de 2006.